

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



CRISE SANITÁRIA E SUCATEAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: Uma agenda de debates necessária

Giselle Lavinias Monnerat¹Rosimary Gonçalves de Souza²

RESUMO

Este artigo tem o objetivo de refletir sobre a crise sanitária provocada pelo novo coronavírus e os impactos sobre o Sistema Único de Saúde (SUS), demarcando proposições para uma agenda pública de debates no cenário atual marcado por novas e complexas demandas por acesso universal e integralidade do cuidado em saúde. Buscamos trazer elementos de análise que resgatam a memória da pandemia, e, ao mesmo tempo, ajudam refletir sobre os impactos da crise sanitária sobre o Sistema Único de Saúde, assinalando demandas e requisições de cuidado que garantam o direito à saúde. Ao final, apontamos aspectos que devem compor uma agenda pública de debates ressaltando os principais dilemas contemporâneos a serem enfrentados pelo SUS. Do ponto de vista metodológico, adotamos a pesquisa bibliográfica e documental, sistematizando, sobretudo, questões consensuais sobre a temática, embasadas pela análise de conjuntura.

Palavras-chave: Política de Saúde, Pandemia de covid 19, Assistência à saúde

ABSTRACT

This article aims to reflect on the health crisis caused by the new coronavirus and the impacts on the Brazilian Unified Health System (SUS), demarcating propositions for a public agenda of debates in the current scenario marked by new and complex demands for universal access and integrality of health care. We seek to bring elements of analysis that recall the memory of the pandemic, and, at the same time, help to reflect on the impacts of the health crisis on the Unified Health System, pointing out demands and requirements of care that guarantee the right to health. At the end, we point out aspects that should compose a public debate agenda, highlighting the main contemporary dilemmas to be faced by the SUS. From the methodological point of view, we adopted bibliographic and documental research, systematizing, above all, consensual issues on the theme, based on the conjuncture analysis.

Keywords: Health Policy, Covid 19 Pandemic, Health Care

¹ Professora da Faculdade de Serviço Social da UERJ, Doutora em Saúde Pública, email: lavinasmonnerat@hotmail.com

² Professora da Faculdade de Serviço Social da UERJ, Doutora em Saúde Pública, email: rgdsouza@uol.com.br

PROMOÇÃO



APOIO



I) INTRODUÇÃO

Este artigo tem o objetivo de refletir sobre a crise sanitária provocada pelo novo coronavírus e os impactos sobre o Sistema Único de Saúde (SUS), demarcando proposições para uma agenda pública de debates no cenário atual marcado por novas e complexas demandas por acesso universal e integralidade do cuidado em saúde.

Em março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a pandemia causada pelo novo coronavírus (SARS COV 2) e em maio de 2023 contabilizamos mais de 700 mil mortes por Covid-19, o que representa cerca de 11% dos óbitos ocorridos no mundo.

No Brasil, a pandemia provocou o agravamento dos inúmeros desafios econômicos, políticos e sociais que, dramaticamente, fazem parte da história de nossa formação social. No campo específico da saúde pública, as iniquidades em relação ao direito à saúde, que, dentre outras questões, se revelam nas desigualdades de acesso aos serviços e também no desfinanciamento do SUS, afetaram enormemente a capacidade de enfrentamento à crise sanitária provocada pela covid-19.

Sabe-se que a perspectiva neoliberal em curso no país desde os anos 1990 foi responsável pela não implementação da seguridade social conforme instituído na Constituição Federal de 1988. Neste ponto, a implementação do SUS sofreu sérios revezes, notadamente de caráter orçamentário, que caracterizaram o subfinanciamento do setor e comprometeram a operacionalização das propostas de reforma sanitária (VIANNA, 2001) Também é necessário assinalar que a Emenda Constitucional n. 95 de 2016, aprovada no governo do ilegítimo presidente Temer, na conjuntura do golpe parlamentar e midiático de 2016, operou severa regressão de direitos sociais ao congelar por 20 anos o aumento de gastos orçamentários com o setor saúde (BRAVO & PELAEZ, 2020).

Nossos dilemas não se resumem aos acima mencionados, pois vivenciamos a crise sanitária de caráter mundial em meio ao maior retrocesso político da história do

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



país. Foi no cenário da ascensão da extrema direita, com face fascista, conservadora e anticiência que as respostas à pandemia foram construídas entre nós. Entretanto, não há dúvida de que, mesmo em uma realidade de SUS constitucional inconcluso, a experiência brasileira de enfrentamento à pandemia demonstrou o quanto a defesa da vida depende de sistemas públicos e universais de saúde.

Nesta perspectiva, este artigo parte do pressuposto de que o SUS foi crucial para o enfrentamento da pandemia não obstante a persistente presença, desde o golpe parlamentar e midiático de 2016, de interesses ultraneoliberais e neoconservadores contrários à materialização de seu lugar institucional e político na sociedade brasileira. Ademais, considera que a gestão da pandemia, sobretudo por parte do governo federal, incorreu em graves erros que levaram, inclusive, a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Senado Federal, cujo resultado principal foi a identificação de que cerca de 1/3 das mortes poderiam ter sido evitadas.

Não há dúvida de que o então presidente Jair Bolsonaro orientou suas ações com base na negação da ciência e que negligenciou o sofrimento e a morte de parte da população brasileira. Na pandemia, o país voltou a viver situação de insegurança alimentar em contexto de disseminação da cultura de ódio, do racismo e do culto às armas, sem falar no seu isolamento internacional.

Não obstante estes acontecimentos, a análise acerca da gestão (e da história) da pandemia no Brasil ainda é matéria de disputa política, tendo em vista a prevalência de uma realidade de desinformação e negacionismo, consequência das *fake news* produzidas pelas forças políticas da extrema direita e impulsionadas por milícias digitais organizadas para promover uma espécie de realidade paralela que não condiz com a realidade factual e que, obviamente, pode ser evidenciada. O ponto fulcral deste processo político é a tentativa de destruição do Estado democrático de direito, visando um golpe de Estado marcado pela radicalização das forças de direita, onde a tentativa de golpe de 08 de janeiro de 2023 é uma prova clara.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

As consequências econômicas e psicossociais vivenciadas pelas vítimas e familiares de vítimas de covid- 19 se traduzem, na prática, na ocorrência de altas incidência de sequelas clínicas e eventos relacionados à saúde mental, em inúmeros casos devido ao grande número de crianças e adolescentes órfãos, além do processo de enlutamento daí decorrente³.

Diante desta tragédia, há que se responsabilizar os culpados e travar luta pelo não apagamento da história da pandemia de covid-19, preservando, através de diversas ações sociais, políticas, culturais, institucionais e econômicas, a memória do que foi e ainda está sendo a pandemia no Brasil. Não podemos esquecer e tampouco naturalizar a alta morbimortalidade ocorrida, ademais do atravessamento de interesses mercadológicos que perpassaram iniciativas do governo federal e também de alguns governos subnacionais no cenário da pandemia. Se há uma tragédia provocada pelo Estado, então há vítimas que precisam de justiça e reparação. Aqui é necessário destacar a ação organizada de várias associações de vítimas e familiares de vítimas de covid-19 que lutam por memória, justiça e reparação e que juntas organizaram a Conferência Livre⁴ Nacional de Vítimas e Familiares de Vítimas de Covid-19, realizada em maio de 2023, com extensa pauta de reivindicação que será levada para o debate da 17ª Conferência Nacional de Saúde que ocorrerá no segundo semestre de 2023⁵.

³ Dados do IBGE mostram que a taxa mortalidade do Brasil foi de 7,4 óbitos para cada mil habitantes em 2020 e de 8,5 em 2021, sendo que nos anos anteriores foi de cerca 6 a cada mil, resultando em um aumento de 42% entre os anos 2019 e 2021.

⁴ A 17ª Conferência inova ao estimular a realização de Conferências Livres de caráter deliberativo, convocadas por qualquer segmento da sociedade civil, para debater temas relativos aos eixos temáticos propostos, podendo ter suas decisões e delegados incorporados à Conferência, desde que cumpridas o regulamento definido para tal.

⁵ A Conferência Livre Nacional de Vítimas e Familiares de Vítimas de Covid-19 tem como grupo organizador as Associações: Vida e Justiça - Associação Nacional de Apoio e Defesa dos Direitos das Vítimas da Covid-19; AVICO - Associação de Vítimas e Familiares de Vítimas de Covid-19; Frente pela Vida e Coalização Nacional Orfandade e Direitos. A pauta de reivindicação abarca questões como: reparação e responsabilização; políticas de memória; fortalecimento do papel do controle social e dos movimentos sociais para salvar vidas; implementação de linha de cuidado integral para atendimento às pessoas com sequelas de covid- 19; formulação de modos de gestão com arranjos de políticas

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Os graves impactos da pandemia sobre o SUS exigem a reorganização dos serviços de saúde em escala de grandes proporções. Atualmente⁶, após o momento mais agudo de disseminação da covid-19, o SUS necessita de investimento orçamentário, técnico e de formação de trabalhadores/as para se reestruturar visando atender a realidade de represamento de diversos atendimentos eletivos que foram suspensos durante os dois primeiros anos da pandemia. E não é só isso: daqui para frente o SUS necessita atender às novas demandas ocasionadas pela chamada Covid longa, além do crescente aumento de demanda pelo cuidado na área da saúde mental, como já mencionado.

É na esteira desta compreensão que este trabalho se inscreve. Buscamos trazer elementos de análise que resgatam a memória da pandemia, e, ao mesmo tempo, ajudam refletir sobre os impactos da crise sanitária sobre o Sistema Único de Saúde, assinalando demandas e requisições de cuidado que garantam o direito à saúde. Ao final, apontamos aspectos que devem compor uma agenda pública de debates ressaltando os principais dilemas contemporâneos a serem enfrentados pelo SUS.

Do ponto de vista metodológico, adotamos a pesquisa bibliográfica e documental, sistematizando, sobretudo, questões consensuais sobre a temática, embasadas pela análise de conjuntura tão necessária neste momento de reconstrução do país e, em especial, do setor saúde. Destacamos que a experiência das autoras em pesquisa na área da saúde, assim como a condição de trabalhadoras do SUS, inclusive durante a pandemia, são elementos definidores para a escolha do objeto de pesquisa deste artigo.

II) DESENVOLVIMENTO

públicas intersetoriais e transversais voltadas para o cuidado integral e articulação com outras áreas de política social, como assistência social e previdência social.

⁶ Em 5/5/2023 a Organização Mundial de Saúde declarou o fim do estado de emergência de saúde pública para a Covid-19 de importância internacional, o que não significa que a pandemia acabou, porém os países devem continuar combatendo a doença juntamente com outras doenças infecciosas

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

2.1) O Estado brasileiro e o (não) enfrentamento à pandemia

A pandemia da COVID-19 pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2, sigla inglesa para definir Síndrome Respiratória Aguda Grave) tem se apresentado como um dos maiores desafios sanitários deste século. Como já mencionado, temos no Brasil mais de 700 mil mortes, número exorbitante se comparado aos índices de mortalidade proporcional de outros países. Possivelmente esses números fossem ainda maiores caso o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), em 15/03/20, não tivesse determinado que governadores e prefeitos pudessem ter autonomia para decidir sobre medidas de isolamento social, quarentena e abertura ou não de serviços essenciais para combater o avanço do novo coronavírus. Esta decisão está consubstanciada na contramão da visão negacionista do presidente da república que alegava que a economia não podia parar e que a covid-19 era somente uma “gripezinha”. O elevado número de mortes é a expressão do genocídio gestado pelo governo federal com dimensões de uma crise humanitária. A perspectiva antagônica à ciência e de descaso com a vida conformou uma verdadeira política de morte.

Foram ignoradas as ações de vigilância epidemiológica, como o monitoramento de dados com objetivo de acompanhar o desenvolvimento da pandemia e seu ritmo disseminação. No início da pandemia, houve um verdadeiro apagão de dados e falta de transparência do governo no que diz respeito ao desenvolvimento da pandemia no país. Para sanar esta situação, os dados da pandemia passaram a ser obtidos e divulgados por alguns veículos de comunicação da imprensa que formaram um consórcio para acompanhar os dados epidemiológicos referentes aos números de casos novos e de mortes diários tendo como fontes de dados as secretarias estaduais de saúde e não o governo federal. De toda forma, há indícios de subnotificação, já que o Brasil não fez testagem em massa em razão da não disponibilização dos insumos por parte do Ministério da Saúde.

A péssima gestão da pandemia pode ser também demonstrada pelo fato de que o Ministério da Saúde, sobretudo em 2020 e 2021, foi representado por três ministros, tendo um ministro militar, alheio à área da saúde, que foi o gestor da pasta

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



por mais tempo. Este ministro declarou à imprensa não conhecer o SUS, um dos maiores sistemas de saúde pública do mundo. Já em 2022, este ministro foi substituído por um médico ligado ao então presidente da república e que não questionou o uso de cloroquina/hidroxicloroquina, medicamento comprovadamente ineficaz para o tratamento da Covid- 19.

O chefe do poder executivo do Brasil, na contramão da história, ignorou esses fatos e fez propaganda do uso do referido medicamento como cura da doença e sugeriu o isolamento vertical como medida para conter o vírus. Quanto ao uso da cloroquina/hidroxicloroquina, a OMS suspendeu testes com a medicação após comprovar a sua ineficácia para tratamento da Covid-19, além do grave risco dos seus efeitos colaterais. O negacionismo científico revela-se também na indicação contrária ao uso de máscara, já que o presidente da república nas suas diversas aparições públicas demonstrou total desalinho, seja pelo uso equivocado, seja pela sua ausência.

A enorme ineficácia da gestão federal, também foi evidenciada, dentre outras questões, pela falta de coordenação interfederativa, o que provocou a falta de medicamentos e equipamentos principalmente no período inicial da pandemia. Enquanto, já em meados do segundo semestre de 2020 muitos países iniciavam a vacinação de suas populações, o Brasil negava a compra de vacinas e a formalização de um calendário de vacinação. Isto acontece justamente no país que detém maior tradição no campo da imunização, tendo em outras ocasiões exportado a experiência e tecnologia do Programa Nacional de Imunização (PNI) para outros países. O acesso à vacina no Brasil só ocorreu em janeiro de 2021, primeiramente para os profissionais de saúde e idosos, e, como é largamente sabido, tal situação somente foi possível graças ao protagonismo científico do Instituto Butantã e da Fiocruz que produziram vacinas no país. Vale dizer, ambas instituições fazem parte do SUS.

É justamente nesses momentos de crise que a sociedade percebe a importância de um sistema de ciência e tecnologia forte e de um sistema público de saúde que garanta o direito universal à saúde. Concepções ampliadas de saúde,

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

frutos de conquistas da população por meio da reforma sanitária, precisam, mais do que nunca, ser defendidas e garantidas na prática. Nestes termos, o Observatório da Covid 19 da Fiocruz, conclui que:

“No contexto da emergência do Sars-CoV-2 no Brasil, os agenciamentos e atravessamentos com uma conjuntura política e econômica pautada pela austeridade, pela minimização dos direitos e políticas de proteção social geraram uma crise humanitária de proporções alarmantes. O Brasil não explorou os potenciais do seu sistema público de saúde e de uma comunidade científica forte e internacionalizada, vantagens estratégicas para a resposta a uma pandemia como esta” (p. 29)

A distribuição dos índices de mortalidade acompanha as desigualdades de raça e classe, haja vista que os negros morreram mais do que os brancos em razão da histórica negação do direito ao trabalho decente que impediu que esta parcela majoritária da população pudesse permanecer em isolamento social, única medida possível para evitar a contaminação até a chegada da vacina em 2021. Ainda no curso da pandemia, o Epicovid19-BR, coordenado pelo epidemiologista Pedro HALLAL, mostrou em 2020 que os mais pobres apresentavam o dobro do risco de infecção em comparação aos mais ricos, e os indígenas estavam expostos a um risco de infecção cinco vezes maior do que os brancos.

Alguns dirigentes, entre eles o do Brasil à época, optaram por seguir a tese da “imunidade de rebanho” para manter a lógica econômica neoliberal, contra as recomendações da OMS e de especialistas, o que contribuiu para a dramaticidade do curso da pandemia, principalmente entre populações vulnerabilizadas.

Sobre os profissionais de saúde que atuaram nas unidades de saúde durante a pandemia também se pode falar em aumento da sobrecarga de trabalho e da tensão durante a jornada. Em estudo realizado com profissionais de enfermagem que atenderam pacientes com covid, ANDRECHUK *et al* (2021) mostram que estes profissionais foram submetidos a longas horas de trabalho com alto risco de infecção, ainda enfrentavam situações de falta de suprimentos médicos e de desfalque na equipe, pelo adoecimento de colegas, o que contribuiu para uma elevação significativa dos níveis de ansiedade, estresse, problemas de sono e risco de acidentes.

PROMOÇÃO



APOIO



2.2) Impactos da pandemia de covid-19 no Sistema Único de Saúde e uma agenda de debates necessária

Em dezembro de 2022, estudos, realizados durante o processo de transição do governo anterior para a gestão 2023-2026 do presidente Lula (PT) evidenciaram que as estruturas de gestão públicas federais estão destruídas⁷. Além da tragédia demonstrada no número de óbitos por covid-19, muitas delas evitáveis, temos ainda um quadro de agravamento de inúmeras doenças que vem gerando demanda reprimida por assistência dos serviços de saúde. Outro grave resultado da pandemia é a chamada covid longa, uma situação de saúde caracterizada por sequelas provocadas pelo novo coronavírus, podendo ter desenvolvimento crônico e se mostrar até mesmo incapacitante. Dentre muitas ações, este quadro demanda recursos financeiros adicionais, formação e capacitação de equipes multiprofissionais para atuar em serviços especializados no diagnóstico e terapêutica dos casos em questão.

No Documento Orientador que expõe as Diretrizes e propostas para a 17ª Conferência Nacional de Saúde⁸ e que serviu de base para os debates da Conferência Livre Nacional de Vítimas e Familiares de Vítimas de Covid-19 (realizada em 22 de maio de 2023), estima-se que 10% das pessoas infectadas, incluindo aquelas que tiveram doença leve, desenvolverão Covid Longa, o que implica que pelo menos 3,7 milhões de pessoas no país, apresentaram ou ainda apresentam alguma forma de Covid Longa. Este documento sinaliza que são pessoas que necessitam de diagnóstico, tratamento, acompanhamento continuado de saúde, assistência social e previdenciária.

Ainda sobre o tema covid longa não é possível esquecer o crescente aumento de sequelas psicossociais, as quais afetam um contingente relevante de profissionais

⁷ Estes aspectos estão detalhados no Relatório do Gabinete de Transição do governo Lula, 2023.

⁸ Este documento foi elaborado por diversas associações de vítimas e familiares de vítimas de covid-19 envolvidas na luta pela memória, justiça e reparação dos danos causados pela má gestão da pandemia no país. Este debate será levado à 17ª Conferência Nacional de Saúde para deliberar sobre a pauta de reivindicação que vai desde a reparação do ponto de vista previdenciário, passando pela organização de uma linha de cuidado específica para atender a covid longa até ações culturais e constituição de memoriais da pandemia.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



de saúde e pessoas enlutadas e inúmeros jovens e crianças que se encontram na condição de órfãos.

Aspectos como o desfinanciamento (desde a EC 95 de 2016) da política de saúde e a quebra, no governo Bolsonaro, dos processos de concertação do pacto interfederativo construídos desde os anos 1990, vêm minando, ao longo dos anos, a efetividade do funcionamento dos sistemas locais de saúde e de muitos programas de saúde bem-sucedidos, como por exemplo o PNI.

Entretanto, o processo de reconstrução do SUS, e do país, depende de outra lógica de financiamento público, obviamente contrária aos conhecidos ajustes fiscais em curso. Os processos de privatização da gestão do SUS via modelos de gestão público- privado que cada vez mais precariza as condições e relações de trabalho e afeta o vínculo dos/as trabalhadores/as, sobretudo os da atenção básica, com as famílias e territórios, em razão da alta rotatividade dos recursos humanos no setor.

É necessário, neste momento, além de alocar robustos recursos financeiros, também um substantiva capacidade técnica do Ministério da Saúde para induzir a reconstrução do setor. O resgate do pacto federativo, com fortalecimento das diferentes esferas de governo, é crucial para o sucesso da gestão do SUS. Tal tarefa implica, entre outras ações, incentivar o pleno funcionamento das instâncias de decisão colegiadas bipartite e tripartite, além da participação popular através de conselhos e conferências e dos inúmeros movimentos sociais presentes na cena brasileira e que lutam pela garantia dos direitos sociais.

É preciso (re)articular e fortalecer a atenção básica de saúde revendo todas as iniciativas deletérias e ultraneoliberais dos governos anteriores, entre tais propostas está ideia de instituir planos de saúde populares revertendo o princípio da universalização do direito à saúde; mudanças na atenção básica reduzindo o quantitativo mínimo de agentes comunitários em cada equipe da Estratégia de Saúde da Família; retirada do repasse federal aos municípios para apoio financeiro aos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASFs), entre outras inúmeras proposições contrárias à democratização da assistência à saúde no país.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Nos primeiros meses de governo do presidente Lula observamos medidas como a retomada do Programa Mais Médicos visando alocar médicos em locais remotos e nas periferias das cidades e esforços para a implantação de medidas emergenciais para diminuição de filas de espera de atendimentos represados durante a pandemia. Há também ações na direção de reestruturar o Programa Nacional de Imunização (PNI). Cabe notar que divulgação de narrativas contrárias a vacinação de covid-19 promovida por negacionistas sanitários e pelo movimento antivacina fez diminuir as históricas taxas de cobertura vacinal em todas as faixas etárias e de todas as vacinas disponíveis no calendário vacinal. Assim, a atual gestão do Ministério da Saúde vem buscando reconstruir institucionalmente o PNI, e também retomar a realização de campanhas de vacinação, utilizando a tradição das ações em educação em saúde, instituindo um processo de divulgação de informação baseada na ciência.

Os dados de mortalidade por raça na pandemia e a tragédia sanitária vivida pelos indígenas tornada pública no início do atual governo são facetas da política de morte desenvolvida no governo Bolsonaro. Este é mais um elemento que justifica a adoção da perspectiva antirracista nas ações desenvolvidas no campo da saúde.

É essencial o desenvolvimento de políticas que hajam ações de resgate e sistematização da memória da pandemia, do sofrimento dos sujeitos afetados, além de destacar os desafios enfrentados pelo conjunto dos/as profissionais de saúde no processo de cuidado dos usuários, especialmente nos anos 2020/2021. A construção desta memória deve ser coletiva e para tal o incentivo (técnico e financeiro) à pesquisa empírica de caráter qualitativo com os principais sujeitos envolvidos é crucial.

O retorno do Brasil ao mapa da fome no contexto da pandemia é elemento de forte preocupação, pois a insegurança alimentar em todos os seus níveis impacta o processo saúde-doença, trazendo múltiplas demandas para os serviços de saúde.

De acordo com o relatório da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania Alimentar (Rede PENSSAN) de 2022, os dois Inquéritos de Insegurança Alimentar no contexto da pandemia de covid-19, realizados em 2020 e 2022, mostram que o país regrediu aos péssimos indicadores observados em 2004. O I Inquérito apontou que

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



19,1 milhões de pessoas conviviam com a fome (insegurança alimentar grave) e, em 2022, este número aumentou para 33,1 milhões de pessoas sem ter o que comer. São 14 milhões de novos brasileiros passando fome num intervalo de pouco mais de um ano. Ademais, os resultados de 2022 apontam que 58,7% da população está em situação de insegurança alimentar, ou seja, em números absolutos temos 125,2 milhões de brasileiros vivem com o direito humano à alimentação violado.

As respostas às demandas aqui problematizadas devem partir da articulação entre diversas áreas de políticas públicas e sociais dada a complexidade das manifestações da questão social na conjuntura atual. Arranjos intersetoriais são essenciais para a efetivação do cuidado integral no SUS, quando se reconhece a sobreposição de exclusões que incidem sobre grupos populacionais vulnerabilizados como negros, indígenas, e outros. Há uma premência de formulação de programas e benefícios sociais com desenho intersetorial, tal como o Programa Bolsa Família. Há que se articular ações entre áreas como Saúde, assistência social, educação e previdência social. Vale notar que as Associações de Vítimas e Familiares de Vítimas de covid-19 longa, bem como representações de profissionais de saúde, reivindicam reparação do ponto de vista pecuniário

Para atuar sobre a complexidade da questão social, do ponto de vista da política social, a adoção da perspectiva da gestão intersetorial é certamente relevante. Porém, sua efetividade ganha corpo se acompanhada, no âmbito do pacto federativo e do direito constitucional à participação social, de indução financeira técnica e política por parte do governo federal. (MONNERAT & SOUZA, 2010).

A partir desta gama extensa e complexa de temas/problemas/desafios advindos do processo pandêmico em um contexto já desigual e excludente como o brasileiro, ressaltamos a seguir alguns pontos que devem, a nosso ver, compor uma agenda pública de debates e propostas de ação a serem desenvolvidas (algumas já estão em andamento) neste tempo presente.

Em primeiro lugar, os impactos da pandemia sobre o SUS não deixam dúvidas de que o histórico recente de subfinanciamento e desfinanciamento não pode

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

persistir, sob pena de o sistema de saúde não ser capaz de atender às demandas sanitárias postas nesta conjuntura.

Necessário também uma profunda revisão no modelo de relação público-privado que vem sendo posto em prática em muitas regiões do país no âmbito da saúde. Aí se apresentam nítidas perspectivas de gestão privatizantes no SUS que precarizam e desvirtuam as diretrizes e a oferta de cuidado cotidiano. É preciso dar lugar ao fortalecimento do SUS universal com gestão pública e sem precarização do trabalho na área, com concursos públicos. Além disso, fortalecer a política de Educação Permanente para formação dos profissionais de saúde no cenário atual, visando inclusive, atender às novas requisições dos serviços especializados a serem implantados;

Outro item essencial desta agenda é o estabelecimento de linhas de financiamento para pesquisa e inovação científica e tecnológica sobre o risco de novas⁹ emergências sanitárias e sobre Covid-19, analisando seus impactos de exclusão social, econômica, racial e de gênero; com cuidado às populações negras, em meio urbano e rural, comunidades tradicionais indígenas e quilombolas.

A reconstituição da atenção básica a nível nacional com incentivos do governo federal é também uma iniciativa inadiável. Muitas propostas feitas nos últimos seis anos para este nível de atenção impuseram distorções a uma área sensível e essencial ao bom funcionamento do SUS, já que a atenção básica é considerada porta de entrada do usuário no sistema e funciona como ordenadora do cuidado na rede de saúde. Algumas ações já vêm sendo propostas, como a volta do financiamento pleno da ESF e do NASF (agora batizado de Emulti).

A política nacional de saúde mental, fortemente demandada nestes tempos de estresse sanitário e social em nosso país também deve ser objeto da ação do Estado no contexto atual. Muitos foram os retrocessos impostos à operacionalização da Rede

⁹ Como largamente noticiado na mídia, a OMS alertou em maio de 2023 para o risco de outras emergências sanitárias para as quais os países devem estar preparados, fortalecendo, sobretudo, a função dos serviços de vigilância epidemiológica e sanitárias. A mudança climática, a desigualdade social e a globalização são fatores relevantes neste século ameaçado por doenças graves, como a gripe aviária, ebola, mpox etc.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



de Atenção Psicossocial com a franca opção do governo anterior em favor das chamadas comunidades terapêuticas, entidades filantrópicas em muitos casos ligadas a religiões que atuam com base em doutrinas que contradizem as diretrizes estabelecidas na área, que se baseiam nos princípios da reforma psiquiátrica e da redução de danos nos casos relativos à álcool e drogas. Durante o governo de Jair Bolsonaro, as comunidades terapêuticas absorveram vultuosos recursos em detrimento da rede pública de serviços preconizados na RAPS. Esta rede precisa ser priorizada e ampliada inclusive para contemplar a enorme quantidade de pessoas que passaram a necessitar de cuidado em saúde mental após o advento da pandemia e que claramente não têm tido este atendimento garantido.

O Programa Nacional de Vacinação também precisa ser reconstruído. A vacinação em massa no Brasil que já foi referência para o mundo hoje convive com as consequências nefastas do negacionismo espalhado pelo país e pelo mundo. Doenças já erradicadas e perigosas como o sarampo e a poliomielite retornam. Aqui se fazem necessárias ações contínuas e consistentes de educação em saúde, seja através de campanhas em grandes veículos de comunicação, seja no cotidiano dos serviços de saúde visando informar à população sobre as reais funções protetoras dos imunizantes disponíveis, conscientizando inclusive os cidadãos através da apropriação as novas tecnologias usadas no combate as notícias falsas.

Outras ações são certamente essenciais e urgentes para a reconstrução da política de saúde entre nós, mas não caberiam no espaço deste artigo.

II) CONCLUSÃO

Se a pandemia agravou as desigualdades sociais no país, a expropriação dos direitos se manifesta anterior ao quadro pandêmico através dos cortes profundos destinados à seguridade social através, por exemplo, da aprovação da *Emenda Constitucional nº 95*, que impõe radical teto de gastos públicos, assim como a reforma trabalhista e terceirização dos serviços oferecidos, a reforma da previdência e ausência do Estado como promotor de políticas públicas.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Os impactos da pandemia sobre o SUS apontados neste texto não deixam dúvidas de que o histórico de subfinanciamento e desfinanciamento não pode persistir. O modelo de relação público-privado com nítidas perspectivas de gestão privatizantes no âmbito do SUS precisam dar lugar ao fortalecimento do SUS universal com o necessário orçamento público para atender às demandas postas.

O debate contemporâneo deve ter como base as concepções éticas, filosóficas e políticas que conformam os valores fundamentais do SUS, traduzidos na concepção de seguridade social e nos seus princípios e diretrizes, quais sejam: universalização, equidade e integralidade e as diretrizes de descentralização, regionalização e hierarquização e participação popular.

BIBLIOGRAFIA

ANDRECHUK, Carla; CALIARI, Juliano; SANTOS, Mariana; PEREIRA, Flávia; OLIVEIRA Henrique; CEOLIM, Maria Filomena. O impacto da pandemia de COVID-19 nas alterações do sono de profissionais de enfermagem. **Revista Latino-americana de Enfermagem**, 31, 2023.

BRASIL, **Relatório Final do gabinete de transição governamental**. Brasília, dezembro, 2022.

BRAVO, M.I.; PELAEZ, E.J. A saúde nos governos Temer e Bolsonaro: lutas e resistências. In: **Revista Ser Social**. V.22, n.46, 2020.

HALLAL, P. (2020). Mais pobres têm o dobro do risco de se infectarem com coronavírus no Brasil. Colunas UOL – Universo on line, 2020.

VIANNA, M. L.W. O silencioso desmonte da seguridade social no Brasil, In: BRAVO, M. I. & PEREIRA.P.A.P. (Orgs). **Política Social e Democracia**. Rio de Janeiro, Cortez, UERJ, 2001.

MONNERAT, Giselle e SOUZA, Rosimary Gonçalves de. Política Social e Intersetorialidade: consensos teóricos e desafios práticos, **Revista Ser Social- UNB**, Brasília, 2010.

REDE PENSSAM (Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional). **Relatório II Inquérito Nacional sobre Segurança Alimentar no contexto da Covid-19**, junho de 2022.

DOCUMENTO BASE da Conferência Livre de Vítimas e Familiares de Vítimas da Covid- 19. Amanhã Vai Ser Outro Dia- SUS. 17ª Conferência Nacional de Saúde, 2023.

PROMOÇÃO



APOIO

